

# **Demonstrações financeiras**

## **São Luiz Energética S.A.**

31 de dezembro de 2020 e 2019  
com Relatório do Auditor Independente

# **São Luiz Energética S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração dos resultados abrangentes .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
6º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**São Luiz Energética S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Luiz Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Luiz Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP 015.199/O-6

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

## São Luiz Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3</b>	<b>15.790</b>	61.277
Impostos a recuperar		<b>301</b>	55
Outros		<b>106</b>	70
Total do ativo circulante		<b>16.197</b>	61.402
Não circulante			
Imobilizado	<b>4</b>	<b>209.407</b>	103.986
Depósitos judiciais		<b>13</b>	-
Total do ativo não circulante		<b>209.420</b>	103.986
Total do ativo		<b>225.617</b>	165.388

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	<b>5</b>	<b>6.720</b>	16.352
Impostos e contribuições a recolher		<b>531</b>	324
Dividendos a pagar	<b>11</b>	<b>153</b>	43
Total do passivo circulante		<b>7.404</b>	16.719
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>6</b>	<b>129.882</b>	63.262
Total do passivo não circulante		<b>129.882</b>	63.262
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>8</b>	<b>87.840</b>	85.270
Reservas de lucros	<b>8</b>	<b>491</b>	137
Total do patrimônio líquido		<b>88.331</b>	85.407
Total do patrimônio líquido		<b>88.331</b>	85.407
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>225.617</b>	165.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## São Luiz Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	<b>9</b>	<b>701</b>	268
Despesas financeiras	<b>9</b>	<b>(34)</b>	(12)
		<b>667</b>	256
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>667</b>	256
Imposto de renda e contribuição social Corrente	<b>10</b>	<b>(203)</b>	(63)
		<b>(203)</b>	(63)
Lucro líquido do exercício		<b>464</b>	193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## São Luiz Energética S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	464	193
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>464</u>	<u>193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## São Luiz Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	<u>Reservas de lucros</u>				Total do patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro (prejuízo) acumulado			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)</b>		13.480	-	-	(13)	13.467	2.400	15.867
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	60.390	60.390
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	<b>8.a</b>	62.790	-	-	-	62.790	(62.790)	-
Aumento de capital ocorrido no exercício	<b>8.a</b>	9.000	-	-	-	9.000	-	9.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	193	193	-	193
Constituição de reserva legal	<b>8.b</b>	-	9	-	(9)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>8.c</b>	-	-	-	(43)	(43)	-	(43)
Reserva de dividendos complementares	<b>8.b</b>	-	-	128	(128)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>85.270</b>	<b>9</b>	<b>128</b>	<b>-</b>	<b>85.407</b>	<b>-</b>	<b>85.407</b>
Aumento de capital ocorrido no exercício	<b>8.a</b>	<b>2.570</b>	-	-	-	<b>2.570</b>	-	<b>2.570</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	464	464	-	464
Constituição de reserva legal	<b>8.b</b>	-	23	-	(23)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>8.c</b>	-	-	-	(110)	(110)	-	(110)
Reserva de dividendos complementares	<b>8.b</b>	-	-	331	(331)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>87.840</b>	<b>32</b>	<b>459</b>	<b>-</b>	<b>88.331</b>	<b>-</b>	<b>88.331</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## São Luiz Energética S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		464	193
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		(246)	(55)
Depósitos judiciais		(13)	-
Outros		(36)	(20)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(15.394)	-
Impostos e contribuições a recolher		207	324
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(15.018)</u>	<u>442</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	4	<u>(92.237)</u>	<u>(71.704)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(92.237)</u>	<u>(71.704)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos e financiamentos	6	59.198	62.852
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	60.390
Aumento de capital	8.a	2.570	9.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>61.768</u>	<u>132.242</u>
Aumento (redução), líquido(a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>(45.487)</u>	<u>60.980</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		61.277	297
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		15.790	61.277
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>(45.487)</u>	<u>60.980</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		70	4
Valores pagos de CS:		76	4
Adição de imobilizado sem efeito caixa		5.762	15.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A São Luiz Energética S.A. (“São Luiz” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Foz do Estrela (“PCH”).

A acionista controladora da Sociedade é a Brookfield Energia Renovável S.A.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Foz do Estrela	29,50	696/2003	Coronel Domingos Soares - PR

Originalmente, o prazo de vigência de autorização da PCH Foz do Estrela era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL n° 696/2003, encerrando em 29 de dezembro de 2033. Em 07 de novembro de 2016, a Resolução n° 6.109 estendeu o período de autorização em 2.506 dias por decorrência de atrasos na emissão da licença ambiental, passando para 08 de novembro de 2040.

O prazo de outorga pode ser prorrogado pelo prazo de 30 anos, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal n° 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei n° 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto n° 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/01/2021	31/12/2022
Distribuidora de energia	01/01/2023	31/12/2052

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

## **São Luiz Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2. Base de elaboração**

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

##### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

##### b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Sociedade é o caixa e equivalentes de caixa.

##### b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

##### i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

##### ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, dividendos a pagar e empréstimos e financiamentos.

##### c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado da Sociedade se refere aos gastos incorridos com a construção da PCH Foz do Estrela. O ativo imobilizado em andamento enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre financiamento do BNDES são capitalizados no ativo imobilizado de acordo com o CPC 20 (R1). O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 7.422. A Sociedade estima que a conclusão da construção e entrada de operação da usina ocorrerá no 2º semestre de 2021.

##### e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **São Luiz Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

g) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

## **São Luiz Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

l) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e depósitos bancários	90	22
Aplicações financeiras	<b>15.700</b>	61.255
Total	<b>15.790</b>	61.277

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	<b>15.521</b>	14.050
Banco Citibank S.A.	CDB	CDI	-	46.255
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	<b>179</b>	950
			<b>15.700</b>	61.255

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Imobilizado

	<u>Em curso</u>
	<u>Bens em andamento</u>
<b>31 de dezembro de 2018 (não auditado)</b>	<u>15.915</u>
Adições	71.704
Adições de imobilizado sem efeito caixa	15.957
Adições por capitalização de juros	410
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<u>103.986</u>
Adições	<b>92.237</b>
Adições de imobilizado sem efeito caixa	<b>5.762</b>
Adições por capitalização de juros	<b>7.422</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>209.407</b></u>
<b>Total em:</b>	
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<u>103.986</u>
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>209.407</b></u>

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	6.245	15.984
Contas a pagar – partes relacionadas	475	368
Total	<u>6.720</u>	<u>16.352</u>

### 6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2020		2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,89% a.a.	-	129.882	-	63.262
Total		-	<u>129.882</u>	-	<u>63.262</u>

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	63.262	-
Captação	59.198	62.852
Juros provisionados	7.422	410
Saldo final	<u>129.882</u>	<u>63.262</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor é composto de principal e juros, a amortização será mensal tendo início em janeiro de 2022, o contrato tem como vencimento a data de 15 de novembro de 2038.

A Brookfield Energia Renovável S.A. é a interveniente no contrato de empréstimo entre a São Luiz Energética S.A. e o BNDES. Não há cláusulas de convets.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2020, têm os seguintes vencimentos:

	<u>Valor</u>
Ano	
2022	7.914
2023	7.914
2024	7.914
Após 2024	106.140
Total	<u>129.882</u>

## **São Luiz Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **7. Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

No entanto, a Sociedade possui uma contingência classificada como perda possível, referente a três processos cíveis, no montante de R\$ 6.

### **8. Patrimônio líquido**

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 87.840 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 85.270), dividido em 62.133.649 (sessenta e duas milhões, cento e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e nove) ações, sem valor nominal.

Em 14 de setembro de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 2.570, através do investimento de sua controladora Brookfield Energia Renovável pela alocação de custos no projeto Foz do Estrela com a emissão de 1.809.729 ações, sem valor nominal.

Em 26 de novembro de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 1.000, com a emissão de 4.166.667 ações, sem valor nominal.

Em 25 de novembro de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 8.000, com a emissão de 21.052.632 ações, sem valor nominal.

Em 28 de outubro de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 35.350, com a emissão de 25.431.655 ações, sem valor nominal, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 16 de julho de 2019, por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 27.440, com a emissão de 6.486.998 ações, sem valor nominal, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reservas de lucros

##### b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

##### b.2) *Saldo do lucro líquido do exercício*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

#### c) Dividendos

O Estatuto Social determina que a Sociedade distribuirá como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	701	268
Total	<u>701</u>	<u>268</u>
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	34	12
Total	<u>34</u>	<u>12</u>

### 10. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Corrente		
Imposto de renda	143	40
Contribuição social	60	23
Total com despesas de impostos	<u>203</u>	<u>63</u>

Em 2020, a Sociedade apurou imposto de renda e contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	667	256
% do imposto (*)	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	203	61
Outros	-	2
Total	<u>203</u>	<u>63</u>

(\*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b><u>Passivo</u></b>			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	<u>475</u>	368
		<u>475</u>	<u>368</u>
Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	<u>153</u>	43
		<u>153</u>	<u>43</u>

(a) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, serviços de administração, manutenção e outros;

(b) Dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade.

Durante o ano de 2020, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade encontra-se em fase de construção e seu seguro de Riscos de Engenharia, possui cobertura no montante de R\$ 173.154 (R\$ 173.154 em 31 de dezembro de 2019).

### 13. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
<b>Ativos financeiros</b>	<b>A valor justo por meio de resultado</b>	<b>A valor justo por meio de resultado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	15.790	61.277
	<b>15.790</b>	<b>61.277</b>

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Custo amortizado</u>
Contas a pagar	<b>6.720</b>	16.352
Dividendos a pagar	<b>153</b>	43
Empréstimos e financiamentos	<b>129.882</b>	63.262
	<b>136.755</b>	79.657

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2020 e 2019.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	15.790	61.277

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

##### ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

##### iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

##### iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

##### vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

## São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Gestão de risco--Continuação

##### vii) *Risco de não renovação de autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

## **São Luiz Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **13. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### e) Derivativos

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

### **14. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 19 de fevereiro de 2021.